



1 **Ata da 14ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Controle Interno –**  
2 **CECI. Data:** 24 de agosto de 2016, às 14h00. **Local:** Sala de reuniões da  
3 Secretaria de Estado de Controle e Transparência, situada na Av. Governador  
4 Bley, 236, Ed. Fábio Ruschi, 8º andar, Centro, Vitória. Ao vigésimo quarto dia do  
5 mês de agosto de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, reuniu-se o  
6 CONSELHO ESTADUAL DE CONTROLE INTERNO – CECI, sob a Presidência  
7 do Sr. **EUGÊNIO COUTINHO RICAS**, Secretário de Estado de Controle e  
8 Transparência e Presidente do Conselho, secretariado pelo servidor **RICARDO**  
9 **MONTEIRO OLIVEIRA**, com a presença dos representantes dos órgãos  
10 participantes: Daniela Ramos Nogueira Faria (membro ALES), Werlen Silva de  
11 Oliveira (membro suplente da ALES), José Adriano Pereira (membro TJES),  
12 Simone Caliman Rangel (membro suplente do TJES), Mariana Andrade Covre  
13 (membro MPES) e Rodrigo Vacari dos Santos (membro suplente da DPES). **I.**  
14 Foi declarada aberta a Sessão. **II.** Na ordem do dia, o Secretário-Executivo fez a  
15 apresentação da pauta da reunião, que foi a seguinte: a) Abertura da 14ª  
16 Reunião Ordinária – Presidente do Conselho; b) Leitura e discussão da Ata da  
17 13ª Reunião Ordinária – Secretário-Executivo; c) Apresentação e discussão da  
18 estrutura da minuta de resolução que estabelece a estrutura mínima do Controle  
19 Interno nos Poderes e diretrizes de atuação – Simone Caliman; d) Questões de  
20 ordem e encaminhamentos. **III.** Em seguida, o Presidente do Conselho  
21 cumprimentou os presentes e deu prosseguimento à reunião. Ele anunciou a  
22 chegada dos dois novos subsecretários: Valber Padilha e Leandro Piquet,  
23 respectivamente designados para a Subsecretaria de Controle e Subsecretaria  
24 de Integridade Governamental e Empresarial. Sobre esse assunto, ele teceu  
25 elogios aos antigos ocupantes do cargo e destacou a importância dos novos  
26 subsecretários para a SECONT. Na sequência, o Secretário-Executivo  
27 apresentou os encaminhamentos da reunião anterior, que foram: a) envio da  
28 documentação relacionada às três linhas de defesa – e-mail encaminhado aos  
29 conselheiros em 02/06/2016; b) envio de normativos que tratam do sistema de  
30 controle interno no TJES, CGU e CNJ para subsidiar a elaboração de resolução  
31 do CECI – e-mail enviado aos conselheiros em 17/08/2016. Também foram  
32 feitos os seguintes informes: a) o TCEES solicitou a exclusão de seus  
33 representantes do CECI, o que contraria o disposto na Lei nº 9.938, de 22 de  
34 novembro de 2012. A questão já está sendo avaliada pelo Presidente do  
35 Conselho; b) foi encaminhada minuta de decreto solicitando a designação do  
36 membro suplente do MPES no CECI. A publicação deve ocorrer no mais tardar  
37 na semana que vem; c) todas as atas aprovadas do CECI já estão disponíveis  
38 na página do Conselho, no site da SECONT (<http://secont.es.gov.br/conselho-estadual-de-controle-interno-2>); d) estão abertas as inscrições para a sétima  
39 turma do curso “Acesso à Informação: Uma Nova Cultura no Serviço Público”. O  
40 treinamento será realizado na ESESP e acontecerá no período de 12 a 14 de  
41 setembro, das 09h00 às 12h30. **IV.** Em seguida, o Secretário-Executivo fez uma  
42 breve exposição sobre o Projeto SECONT na Escola: o projeto tem como  
43 objetivo estimular a participação ativa dos cidadãos através de uma abordagem  
44 lúdica relacionada à ética e à cidadania voltada ao público infantil e adolescente,  
45



46 de forma a criar e desenvolver a consciência cidadã. O projeto tem como  
47 premissa ser desenvolvido com plena aderência aos conteúdos curriculares já  
48 aplicados nas escolas, devidamente selecionados e orientados pelos  
49 profissionais técnicos da Secretaria de Educação, com indicação das disciplinas  
50 e conteúdo curricular apropriado. A relevância do projeto está na possibilidade  
51 de proporcionar à sociedade a promoção de ações que estimulem a formação  
52 de cidadãos de forma a incorporar valores éticos em suas condutas diárias.  
53 Escolas e Órgãos de Controle podem contribuir para a disseminação de  
54 propostas que fortaleçam o aprendizado. O resultado esperado com o projeto é  
55 fomentar nos estudantes do ensino médio, regularmente matriculados nas  
56 escolas públicas estaduais, a reflexão sobre a ética, a cidadania e o combate à  
57 corrupção. Dentre as propostas do projeto, estão incluídas as seguintes ações:  
58 a) Concursos culturais; b) Visitas guiadas à SECONT (nas áreas de ouvidoria,  
59 controle interno, transparência e combate à corrupção) e demais entidades que  
60 guardem pertinência com o tema a ser desenvolvido; c) Palestras temáticas nas  
61 escolas; d) Parcerias com Ministério Público, Tribunal de Contas e outras  
62 entidades da sociedade civil organizada; e) Reformulação do site da SECONT  
63 para atender a demanda do público a ser atendido; e, f) Demais propostas a  
64 serem incorporadas ao projeto. Em relação ao Projeto Cultural, o Secretário-  
65 Executivo informou que esta é uma atividade piloto do Projeto “SECONT na  
66 Escola” que se propõe, através de uma abordagem lúdica e atrativa, estimular a  
67 consciência cidadã nas crianças e adolescentes nos temas relacionados à ética  
68 social e combate à corrupção. Segundo o expositor, o projeto considera  
69 essencial que o desenvolvimento das atividades ocorra em completa aderência  
70 ao conteúdo curricular das disciplinas pertinentes ao tema e à metodologia de  
71 execução, a serem indicados pelos técnicos da Secretaria de Educação.  
72 Finalmente, o Secretário-Executivo apresentou algumas das atividades  
73 integradas do projeto cultural, quais sejam: a) Palestras de abertura sobre o  
74 tema com convidados qualificados; b) Concurso de redação com premiação aos  
75 estudantes e professores; c) Coletânea digital com as produções premiadas; d)  
76 Exposição nos sítios eletrônicos das entidades envolvidas nos projetos  
77 (SECONT, SEDU, demais entidades envolvidas); e, e) Entrega da premiação  
78 pelo Governador do Estado. Em relação ao projeto, o Presidente do Conselho  
79 pediu a palavra e discorreu sobre o andamento do mesmo, incluindo as reuniões  
80 que manteve com os chefes das pastas da SECOM e da SEDU. Ele também  
81 salientou que estão sendo planejados outros eventos, como um seminário, a ser  
82 realizado em parceria com o Conselho Regional de Contabilidade - CRC, que irá  
83 apoiar na estruturação do evento e na vinda dos palestrantes convidados. O  
84 seminário deverá ser realizado na semana de 9 de dezembro, Dia do Combate à  
85 Corrupção. Dentre os palestrantes convidados para o seminário, está sendo  
86 avaliada a participação do Delegado da Polícia Federal, Márcio Anselmo, que  
87 iniciou a Operação Lava Jato. Também está sendo planejada para 9 de  
88 dezembro o lançamento do Novo Portal da Transparência. O local de realização  
89 do evento ainda será definido, podendo ser no auditório do CRC ou no Salão  
90 São Tiago, dependendo do interesse do público pelo evento. Neste sentido, a



91 representante do MPES se colocou à disposição para buscar junto ao seu órgão  
92 de origem a possibilidade de realizar o evento em seu auditório. V. Em seguida,  
93 foi repassada a palavra à representante do TJES, Simone Caliman Rangel, que  
94 irá coordenar ações que visam a elaboração de uma proposta de resolução que  
95 estabeleça a estrutura mínima do Controle Interno nos Poderes e respectivas  
96 diretrizes de atuação. Ela informou que elaborou uma minuta da Resolução e  
97 encaminhou ao grupo na segunda feira, de forma que não houve tempo hábil  
98 para que uma avaliação mais criteriosa tenha sido feita pelos demais membros  
99 do CECI. Neste sentido, foi feita a apresentação da minuta de proposta de  
100 diretrizes pra atuação dos órgãos / Poderes integrantes do CECI. Segundo a  
101 expositora, o projeto teve como base teórica as seguintes fontes: Lei Estadual  
102 9.938/2012, Resolução TCE nº 227/2011 e alterações, Boas práticas: COSO II e  
103 IPPF (Estrutura Internacional de Práticas Profissionais), Declaração de  
104 posicionamento do IIA - 3 Linhas de Defesa e os Regulamentos do Conselho  
105 Nacional de Justiça - CNJ. Ela também informou que o CNJ está elaborando  
106 uma proposta de estatuto de auditoria interna, que terá como fonte de  
107 inspiração: Normas de Auditoria do INTOSAI, da qual o TCU é membro; Normas  
108 de Auditoria da IFAC; Acórdão TCU nº 2622/2015- diferença entre controle  
109 interno e auditoria interna; Boas práticas: COSO II e IPPF; IIA - 3 Linhas de  
110 Defesa; e Resoluções CNJ 86/2009 e 171/2013. Na proposta do CNJ, as hoje  
111 denominadas Unidades ou Núcleos de Controle Interno passam a ser chamadas  
112 de Unidades ou Grupos de Auditoria. Segundo Simone, o Estatuto de Auditoria  
113 que está sendo elaborado pelo CNJ deverá ser dividido em módulos: a) Papel,  
114 b) Profissionalismo, b) Autoridade, b) Organização, c) Independência e  
115 Objetividade, d) Responsabilidade, e) Reporte e Monitoramento. Diante da  
116 exposição, o Secretário-Executivo informou que na SECONT está sendo feito  
117 um exercício visando à adequação do modelo das Três Linhas de Defesa ao  
118 modelo organizacional e legal do Estado, bem como às carreiras envolvidas,  
119 como é o caso da de Auditor do Estado. Também a expositora se manifestou  
120 que também deverá haver uma adequação dos modelos a serem implantados à  
121 Resolução do TCEES, que versa sobre o Sistema de Controle Interno, isto  
122 porque as unidades executoras ainda precisam do apoio da Unidade Central de  
123 Controle Interno para a implementação dos controles, das normas e dos  
124 manuais. Também destacou que com a proposta deverá ser alterada a forma  
125 com que o gestor da unidade executora olhará para a nova Unidade de Auditoria  
126 no TJES, a quem caberá somente exercer a terceira linha de defesa. De  
127 qualquer forma, segundo a expositora, pairam muitas dúvidas de como tudo isso  
128 será implantado, pois atualmente a área de controle do TJES atua avaliando os  
129 controles estabelecidos. Com o modelo das Três Linhas de Defesa, a  
130 identificação e avaliação dos controles ficaria à cargo da própria unidade  
131 executora, restando pendente a compreensão de onde ficaria a Segunda Linha  
132 de Defesa na estrutura do TJES. O representante do TJES, Sr. José Adriano,  
133 complementa a fala de sua colega de órgão indagando se no novo modelo a ser  
134 implantado pelo CNJ, o controle interno seria segregado da auditoria, a quem  
135 caberia atuar de forma autônoma. Essa e outras dúvidas ainda carecem de



136 esclarecimento. Segundo Simone, talvez a forma de fazer uma transição seria a  
137 unidade de controle do TJES passar a atuar de duas formas: auditoria e com  
138 uma espécie de consultoria. Complementando, o Secretário-Executivo se  
139 manifestou no sentido de que na SECONT seria possível, pela estrutura que o  
140 órgão possui, criar duas áreas distintas (subsecretaria) sem necessidade de  
141 gastos: uma voltada para controle e outra para auditoria, de forma que a de  
142 controle atuaria na segunda linha de defesa e a auditoria, na terceira linha. A  
143 vantagem desta proposta é que seria mantido o *feedback* de uma área para  
144 outra (auditoria e controle), vital para o aprimoramento de ambas. O Presidente  
145 também se manifestou no sentido de que a Segunda Linha de Defesa ainda é  
146 uma área de certa forma nebulosa e que depende da estrutura do órgão para  
147 definir quem ali atuará: se a unidade executora ou se ela juntamente com o  
148 controle interno. Em seguida, a expositora apresentou a minuta da resolução.  
149 Diante da complexidade do tema, os demais membros deliberaram pelo  
150 encaminhamento de que a minuta seja avaliada por todos com mais detalhe  
151 para que, somente depois disso, fossem encaminhadas eventuais propostas  
152 para aprimoramento à versão ora apresentada. **VI.** Em seguida, o Secretário-  
153 Executivo deu início à leitura da ata da 13ª Reunião Ordinária do Conselho, que  
154 foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes. **VII.** Encerramento:  
155 Esgotada a pauta, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou  
156 encerrada a sessão, às dezessete horas, do que, para constar, eu, **RICARDO**  
157 **MONTEIRO OLIVEIRA**, Secretário-Executivo, lavrei a presente ata que, depois  
158 de conferida, vai assinada por mim \_\_\_\_\_, pelo Senhor  
159 Presidente e pelos demais presentes.

160

161

**EUGÊNIO COUTINHO RICAS**

Presidente

162

163

164

165

**MARIANA ANDRADE COVRE**

Representante MPES

166

167

168

169

**DANIELA RAMOS NOGUEIRA FARIA**

Representante ALES

170

171

172

173

174

**WERLEN SILVA OLIVEIRA**

Representante ALES - suplente

175

176

177

178

**JOSÉ ADRIANO PEREIRA**

Representante TJES

179

180



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**CONSELHO ESTADUAL DE CONTROLE INTERNO - CECI**

181

182

183

184

185

186

187

188

**SIMONE CALIMAN RANGEL**  
Representante TJES - suplente

**RODRIGO VACARI DOS SANTOS**  
Representante DPES